



**Secretaria Municipal da  
Mulher, Neurodiversidade  
e Inclusão Social**

**ATA DA 134ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMDDPCD –  
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE COTIA  
30 DE JULHO DE 2025**

Aos trinta dias do mês de julho de 2025, das 9:00h às 10:30h aconteceu a 134ª reunião do CMDDPCD, realizada presencialmente no quinto andar do Centro de Integração Municipal, localizado na Avenida Benedito Isaac Pires, 35. Participaram da reunião os seguintes Conselheiros: Michele Cristina da C. de Jesus, Luciana P. D. Raposo Faria, Lucas Adriano G. Silvério, Bianca Rossini de Oliveira, Benilton Silva Freitas, Magda M. V. S. Costa, Márcia Buava R. Soares, Jaqueline Eugênio, Matheus José, Luciane Souza Bonfim e Thaiane V. Pereira. Ausências justificadas e injustificadas: Yasmim Santos Amaral, Pricila Santos Marcelino, Amanda Ferreira dos Santos, Rosa Maria Machado, Aline dos Santos Valentim, Rita de Cassia C. Rodrigues, Agnaldo Aparecido Reis, Jordania Gomes da Silva, Jessica Lima Rodrigues, Ivete M. S. Mendes, Geslayne C. D. Camargo, Érica P. Barbosa e Ellen Santos Freitas. Como convidados participaram: Paulo Generoso (Apae), Camila Indalécio, Neusa Oliveira, Silvaneide D. Rocha, Regina, Mariana Macedo, Fabiana Siqueira e Vanessa Emanuela Rodrigues. A presidente iniciou a reunião com o item **1 - aprovação das atas de maio e junho**, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida deu continuidade com o item **2 - Definir as ações deste conselho referente a última semana de agosto**. A presidente do conselho falou sobre organizar a semana de valorização da pessoa com deficiência de agosto, sendo a última semana de agosto, pois havia sido proposta uma ação na câmara. Perguntou se mais alguém tinha uma proposta e a Márcia Buava se colocou para falar, assim como Paulo Generoso da Apae. O mesmo relatou que na instituição sempre fazem palestras para as empresas, em relação ao mercado de trabalho voltado às pessoas com deficiência. Márcia então perguntou se poderia convidar o conselho e ele respondeu positivamente. Ficou de verificar o que há marcado para essa ação e então trazer a devolutiva. Márcia relatou que o prefeito solicitou à secretaria da Mulher, Neurodiversidade e Inclusão Social a kartterapia, sendo aprovada, irá colocar convite para todos nos dias 29 e 30 de agosto em Caucaia do Alto. Serão distribuídos os links para o conselho e assim poder passar para as instituições para que as pessoas de Caucaia possam participar porque da outra vez aconteceu aqui em Cotia e as pessoas com deficiências de Caucaia não foram contempladas. Bianca falou que no Caps IJ foi lançado um jornal interno e então será colocada uma notinha sobre a semana e as ações. O jornal ficará disponível na recepção do Caps IJ; em julho foi lançada a primeira edição e a segunda agora em agosto. A divulgação ainda está em análise, já que é um projeto novo, mas assim que possível será trazido para o conselho. Sobre o kartterapia, Márcia pediu se pelo menos duas pessoas em cada dia poderia ser voluntário, até para trabalhar o nome do conselho, com a possibilidade de montar uma mesa lá, com o nosso banner e também para divulgar os dias de reuniões, e assim levar a informação para o pessoal de Caucaia, o que é de extrema importância. Benilton então se prontificou a estar nos dois dias. Márcia falou que acha interessante estar cada dia um para divulgar, dentro dos horários, pois será o dia todo. Luciane deu a sugestão de colocar no grupo uma enquete com os dias e horários para cada um se manifestar. Márcia também falou sobre a possibilidade de serem dois de manhã e dois à tarde; então será decidido em enquete. Terá um stand para os conselheiros, pois há momentos que precisam de muita ajuda na kartterapia para ajudar quem participa com

**Secretaria Municipal da  
Mulher, Neurodiversidade  
e Inclusão Social**

os equipamentos, como capacete e nas orientações. Camila falou que gostaria de participar assim como ajudar a firmar uma parceria com o conselho estadual também. Márcia então relembrou os dias (29 e 30), das 08h00 às 17h00 e que irá chamá-la no particular, já que a Camila terá reunião no Conselho Estadual esta semana e assim poderá passar as informações para este Conselho com o máximo de antecedência para ver a possibilidade se o Conselho Estadual pode dar também algum apoio. Márcia relembrou que precisa conversar com a comissão de políticas públicas, para abrir uma vaga para a ordem dos advogados, de acordo com o voto da plenária, pensando na paridade, então se abrir para a sociedade civil deve ser aberto também para o poder público, representado pelo Edinho da Secretaria de Transporte, já que esta Secretaria trabalha a questão da mobilidade e hoje ele não compõe o nosso conselho. Então devemos votar para que a comissão de Políticas Públicas comece a trabalhar essa alteração, e assim conclua antes do final do ano a participação da Ordem dos advogados, do representante e da Secretaria de Transporte. Márcia então perguntou quantos são favoráveis e explicou que deve-se abrir duas vagas. Benilton completou questionando se há a possibilidade de abrir uma vaga para a Câmara, tendo em vista os relacionamentos. Luciana falou que pode ser convidado. Jaqueline complementou falando sobre a importância do Edinho em participar, pois sempre é solícito ao Conselho. Márcia falou que em relação a Câmara, precisaria de mais uma entidade representando a sociedade civil, o que talvez não tenha. Paulo frisou que também deve-se prestar atenção sobre empecilho jurídico, já que a Câmara também é poder público. Solicitou fazer um parecer jurídico sobre esta possibilidade. Márcia prosseguiu que enquanto não há uma posição jurídica, se há a possibilidade de prosseguir com a Comissão de Políticas Públicas para a alteração do decreto que abre uma vaga para a Secretaria de Transporte e Mobilidade e a ordem dos advogados - todos aprovaram. Neide completou que algum representante da Câmara também pode participar das reuniões sem ter o papel de conselheiro. Camila argumentou que não há necessidade em ter alguém da Câmara já que lá há comissões e o interessante seria o próprio conselho ter uma cadeira dentro dessas comissões porque lá não tem pessoas qualificadas para poder avaliar uma legislação sobre pessoas com deficiência, pois não há pessoas com deficiência representando. Então essa seria sua sugestão. Márcia seguiu em relação ao que foi falado na última reunião das ausências de dois conselheiros que representam duas instituições; então diante do que foi proposto por esse colegiado, a pauta foi levada para parecer jurídico e está à disposição de todos. Márcia irá passar e se precisar irá disponibilizar no grupo do WhatsApp porque está longe do poder público de deixar essa informação sem esclarecimento. Relembrou que há dados que não competem e não devem ser expostos, sem pedir a autorização dessas duas instituições. Leu então o parecer: a conclusão diante de todo exposto após a análise dos autos do processo administrativo conclui-se que a perda do mandato de conselheiro no âmbito do conselho municipal de defesa do direito da pessoa com deficiência de Cotia está legalmente prevista no parágrafo primeiro do artigo quatro da Lei Municipal 2184/21, cuja regulamentação consta no artigo oitavo do decreto Municipal 9.322. A penalidade tem natureza vinculada estando condicionada à ocorrência objetiva de faltas injustificadas e em número superior a quatro consecutivas ou oito intercaladas, critério que diz resguardar a funcionalidade e a representatividade do colegiado. As conselheiras Luciane Souza Bonfim e Yasmin Santos Amaral ultrapassaram os limites legais de ausências não justificadas conforme comprovado

**Secretaria Municipal da  
Mulher, Neurodiversidade  
e Inclusão Social**

pelas atas de reuniões e pelos controles de frequência anexada ao processo, configurando a hipótese legal de vacância do mandato; todavia a aplicação da penalidade exige uma expressa exposição do capítulo do artigo quatro da lei 2784 de 21, apresenta a garantia do contraditório e da ampla defesa de maneira que a ausência de notificação formal e individualizada das conselheiras compromete a regularidade do ato e impõe sua suspensão até que se corrija a missão procedimental. Assim, antes de qualquer deliberação plenária sobre a perda do mandato, a mesa diretora deverá notificar pessoalmente cada conselheira indicando o número de faltas no dispositivo legal aplicado e concedendo o prazo razoável para a manifestação escrita e eventual apresentação de justificativa. Fim deste prazo e não havendo mais impeditivas juridicamente aceita, a questão poderá ser submetida ao plenário do conselho, cuja deliberação será formalizada em ata com a consequente adoção das providências administrativas para a recomposição do colegiado nos termos da legislação vigente. A adoção desse item assegura o cumprimento da legalidade jurídica, a validade do ato declaratório e a preservação dos direitos das conselheiras envolvidas, prevenindo a nulidade, garantindo estabilidade institucional. Então, diante disso, foi enviado um e-mail oficial tanto para a instituição Apae quanto para a AME e eles dentro do prazo responderam suas justificativas de ausência. Como o conselho também não notificou de imediato, mas notificou, a decisão é na plenária. Se essas instituições vão permanecer ou se seguirão com a tramitação de tirar as instituições e substituir por outras. Esta decisão tem que ser tomada pelos titulares e somente a Magda hoje como está substituindo a titular tem o direito de voto. Então os conselheiros votaram, por 8 votos a favor, para que ambos continuassem representando suas instituições no Conselho. Márcia lembrou quanto essa situação é desagradável tanto para o poder público quanto para as instituições e que tudo na vida é um aprendizado para que os demais se justifiquem em caso de ausência porque se é o poder público há uma secretaria que está acima, então prontamente notifica-se o secretário e o poder público pode sofrer sanções e até processo administrativo para averiguar porque não estão comparecendo às reuniões. Márcia continuou falando sobre outro fato que no ofício de justificativa da Apae, a nossa antiga conselheira estava com muitos problemas e assim a instituição trocou o representante. A Apae então solicita que o senhor Paulo Generoso substitua a antiga conselheira. Novamente houve votação com 8 votos a favor para a inserção do Paulo Generoso. Márcia então perguntou se todos concordam que seja divulgado o parecer jurídico no grupo de Whatsapp para conhecimento de todos os conselheiros e Luciane pediu também que divulgassem as justificativas. Márcia concordou em disponibilizar também e partilhar com os demais. Sendo assim, as instituições AME e Apae autorizaram a divulgação do parecer jurídico e as justificativas. Luciana então pediu que não houvesse compartilhamento das informações com outras pessoas, já que é uma questão interna do conselho. Benilton observou que teoricamente não há necessidade de divulgar, pois já se resolveu a questão na reunião e quem não estava, não precisaria saber posteriormente; é um documento importante e pode ser mandado para outros, até sem querer. Márcia então deu a sugestão de compartilhar apenas com as instituições citadas. Sendo assim, foi retirada a votação e apenas compartilhado com as instituições o parecer. Benilton lembrou sobre o assunto de transmitir as reuniões por vídeo, mas depois foi descartado para evitar exposição. Márcia então lembrou que o conselheiro Gustavo se despediu como membro titular, entrando em vacância, tendo agora

**Secretaria Municipal da  
Mulher, Neurodiversidade  
e Inclusão Social**

como titular o Sr. Benilton. Lucas também justificou a ausência de seu colega suplente, pois está com problemas de saúde. Fabiana pediu a palavra e disse que quando alguém assume o conselho, tem responsabilidades e que apesar dos problemas, fica um alerta para que haja uma melhor comunicação com o conselho para que não haja muitas faltas. Márcia então falou sobre uma notícia boa em relação a conta aberta ainda sem dinheiro, porque não tinha sido previsto. Lembrou que as pessoas precisam compreender como as coisas funcionam no poder público, pois não é só abrir a conta e amanhã vem. Estiveram no Ministério Público por uma outra demanda e foi deixado lá o número de conta. A notícia boa é que já foi colocado no plano para o próximo ano R\$10.000 por mês, por enquanto. Ressaltou que esse valor vai ser revisto porque como ele pertence à pasta da Secretaria da Neurodiversidade e há um projeto muito grande da questão governamental de montar um centro de apoio ao neurodivergente, então esse centro de apoio será também gerido por este conselho, como acontece no criança e adolescente, como acontece com assistência social que acaba ajudando a gerenciar, mas a parte boa é que oficialmente, a partir de janeiro já se pode cobrar esse valor. Camila então perguntou se a Secretaria colocaria na LDO e a Márcia confirmou que já havia colocado. Camila perguntou se o centro será apenas para os neurodivergentes. Márcia relatou que será um centro de apoio ao neurodivergente, com um trabalho muito acirrado, principalmente com jovens e adultos e não só com deficientes, mas com transtornos como TDAH, TOD e por isso é neurodivergente, porque vai abrir um guarda-chuva para atendimento a todos, mas não sendo clínico; é atendimento psicossocial e estimulação. Jaqueline complementou que assim desafoga um pouco o trabalho do Caps, tendo condições de atender outras demandas. E porque não um centro de atendimento ao TEA como todos falam, porque não há apenas TEA e sim todos. Falou sobre precisar sempre da ajuda do conselho. Falou que a gestão está muito preocupada em trazer a acessibilidade em todos os sentidos para o munícipe e inclusão. Jaqueline falou sobre crianças autistas e surdas também e que é uma realidade em Cotia, sendo muito difícil atender este público. Márcia falou que a intenção é que atinja a todos, sendo um centro principalmente psicossocial, com atividades, estimulação da vida diária e que é neurodivergente, pois abrange tanto surdo quanto surdocego, cego, deficiência intelectual, enfim todos. Mariana falou que tem um projeto sobre isso para atender o público adulto também, porque não há lugares que atendem, sendo apenas com crianças. Márcia falou que marcaria um café com a Secretária para que Mariana falasse sobre o projeto. Paulo falou sobre a importância em trazer e apresentar projetos, porque pode nascer algo muito maior. Márcia completou que esse projeto pode tornar uma parceria no futuro porque com o fundo há argumentos para pedir mais cargos, como assistente social, porque daí a parceria de poder público e instituição pode aumentar, mas se não apresenta projeto não tem como aumentar. Luciana propôs retomar a agenda de visitas de monitoramento nas instituições como foi feito no ano anterior. Ela e a Michele visitaram a Apae e pediram para que todos os conselheiros ajudassem se voluntariando para que assim o conselho pudesse visitar todas as instituições do município que atendem pessoas com deficiência porque sendo apenas a diretoria não há como atingir a todos, sem o apoio de todo mundo. A própria AME, o instituto, ainda não se conhece a sede nova, então precisa de mais membros para se voluntariar e auxiliar. Continuou relatando que elas estiveram no dia 4 de julho na Apae e foram recebidas pela Adriane e Karina. Estavam em recesso e então puderam conhecer as instalações, verificar a quantidade



**Secretaria Municipal da  
Mulher, Neurodiversidade  
e Inclusão Social**

de funcionários, a quantidade de alunos que são atendidos na parte educacional, como é feito o projeto e algumas informações que não tinham. No dia da visita souberam da falta de professores para o retorno do recesso. Michele relatou que essa informação já foi levada para Secretaria de Educação; por isso as visitas são importantes, porque pode-se entender a situação da instituição e que o conselho precisa fiscalizar o serviço que está sendo prestado de forma adequada. Puderam ainda conhecer a parte de adaptação, se tinha acessibilidade; por isso é importante que mais conselheiros ajudem, porque tem várias instituições que precisam dessa visita e fiscalização, mas hoje o conselho não está dando conta porque todos tem outras atividades, porém sempre os mesmos fazem esse trabalho para o conselho. Michele falou da importância de uma visita técnica, com um técnico de referência, como por exemplo denúncia e ela no caso não tem essa formação. Jaqueline reforçou a fala sobre alguns membros, principalmente da diretora que estão ficando sobrecarregados, então propõe grupos para essa visitas a fim de ajudar em situações como de convênio, documentação, legalidade de documentação e as questões de denúncias que o conselho recebe para averiguar, por isso é muito importante a participação e sugeriu uma comissão. Márcia lembrou sobre a comissão da eleição e das visitas. Luciana falou sobre a situação da Apae onde as empresas no entorno e também as pessoas que utilizam ponto de ônibus param na rua inteira e os usuários da Apae não conseguem estacionar, chegar; então é algo que o conselho consegue fiscalizar. Houve a sugestão da equipe do Trânsito ficar ali para orientar. Márcia falou que se todos ali votassem a proposta, poderiam fazer um ofício e a Apae posteriormente poderia ir dando um feedback pro Conselho. Michele falou que muitas pessoas deixam os carros estacionados nas vagas e vão para São Paulo, ocupando as vagas. Paulo ressaltou que há vagas reservadas na frente da Apae e ainda assim as pessoas abusam e que eles ligam para o demutran, chegando a guinchar carros e algumas pessoas reagirem de forma a danificar a Apae. Paulo falou ainda que usa as vagas, mas não deixa sempre, para que as vans que levam os alunos possam usar também. Falou que há outras escolas na rua que deveriam ter vagas para deficiente, já que os prédios públicos tem que ter vagas reservadas e estas escolas atendem pessoas com deficiência; então atualmente só tem na frente da Apae porque houve pressão ao poder público para pintar. Chegaram a pegar tintas e começar a pintar e logo depois a empresa responsável chegou e fez o serviço. Paulo continuou e falou sobre o prédio em que estamos, que não é acessível. Não há vaga para deficiente no estacionamento para ele e Benilton que são cadeirantes, além da Mariana que tem mobilidade reduzida. Só há o estacionamento fora, então quando chove é impossível se locomover, por isso reforça a questão das vagas neste prédio. Márcia falou que podemos sugerir para oficializar e pintar, pois fora só tem uma vaga e como essa vaga fica na rua, não consegue abrir a porta do carro, pois está no meio da rua. Benilton também relatou que esteve no prédio em outro dia, precisava ir ao 4º andar e o elevador estava quebrado, então teve que ir pelo fundo, onde há uma porta de vidro, com abertura apenas a metade. Sugeriu então que fizessem o atendimento do lado de fora. Falou também que o Fórum não tem acessibilidade; a Prefeitura iniciou um projeto em 2014, mas não terminou, então a parte de acessibilidade ficou sem terminar. As rampas também são impossíveis de usar, tanto do fórum quanto deste prédio que o conselho usa, todas as portas também não possuem a metragem adequada. No prédio da OAB, não tem acessibilidade, por isso foi atendido pelo advogado do lado de fora. O prédio do CRAS tem a rampa, na subida há uma curva onde a

**Secretaria Municipal da  
Mulher, Neurodiversidade  
e Inclusão Social**

cadeira trava porque a rampa é inadequada. Márcia retomou a fala sobre a votação de quantos são favoráveis que o Conselho manifeste através de ofício ao trânsito para dar suporte a Apae. Lembrou que outras questões podem ser inseridas no ofício. Luciana lembrou que há a reunião mensal com a Secretária de Educação e que pode levar este assunto à pauta. Benilton sugeriu acionar a comissão de acessibilidade para que conforme encontre essas situações esses ofícios sejam feitos. Luciana pediu então que ele escreva, coloque no papel para a comissão essa sugestão. Falou sobre o banheiro da UPA sem acessibilidade, sem higiene, o tamanho do banheiro. Se propôs a ir nos prédios públicos e falou que o nosso trabalho é esse e que podemos começar de primeiro nos órgãos públicos, onde há a necessidade de acessibilidade. Lembrou que o melhor espaço que tem hoje de acessibilidade é o prédio da antiga ProCotia, com exceção das portas de vidro e dos elevadores. Luciana relembrou ainda do ginásio de esportes. Márcia falou que tudo pode ser incluído na manifestação. Luciana falou sobre as comissões, apresentando ao Paulo para que ele entre em quais desejar. Márcia falou que este ano teremos eleição no final do ano e por isso precisamos, conforme o regimento, montar uma comissão para que haja eleição e precisamos da paridade; o número de pessoas que representa o poder público e o número que representa pessoas da sociedade civil. Márcia pediu que quem se colocar à disposição da comissão deve estar disposto a estar com a comissão, porque pode ter momentos de reunião à noite, estudar, colocar o regimento, fazer as fichas, fazer o edital e tudo isso elabora tempo e é desgastante porque muitas vezes o que acontece em alguns momentos nesse conselho é que muitas pessoas se colocam em tudo e quando chega na hora não faz. Então para isso, é uma comissão que tem que ser levada a sério porque é uma eleição que tem que ter transparência; o tempo todo nós estamos sendo monitorados pelo MP e ele chega lá, as atas estão devidamente publicadas, tudo correto, então só há elogios pra esse conselho. Luciana e Márcia irão representar o poder público e precisam de duas vagas para a sociedade civil. Jaqueline pontuou que a diretoria já está na comissão e que tem que abrir para a sociedade civil. Lucas se colocou a mais para representar o poder público. Da sociedade civil se colocaram à disposição Paulo Generoso e Benilton que reforçou a importância de todos em participar e ter quorum. Camila falou sobre ter a programação de reuniões, como a comissão de acessibilidade. Márcia falou que a sugestão será anotada e que há dificuldades porque todos têm outras atividades, mas pelo menos avisar caso não possa participar com antecedência, o que já seria responsabilidade. Luciana então falou sobre montar uma comissão de monitoramento para fazer visitas às instituições. Também ressaltou que independente da comissão em que esteja, todos deveriam fazer visitas, que possamos montar pastas de todas as instituições, para até prestar contas; quando pudermos indicar instituições também. Jaqueline relembrou situações em que conselheiros se colocaram à disposição para atividades, mas no momento não se manifestou. Márcia relembrou também que sanções a conselheiros devem estar previstas no regimento. Camila falou que quando era conselheira e tinha alguma fiscalização, se colocou à disposição, mas infelizmente não conseguia participar por falta de acessibilidade e que agora como convidada, também gostaria de participar, mas ainda há essas questões de acessibilidade, que a impossibilitam de ajudar mais. Desabafou dizendo que no momento está como convidada, por isso fica mais reservada, mas que gostaria de participar da fiscalização, inclusive em relação a esse prédio. Não consegue agir mais por causa da acessibilidade. Márcia então falou que com a disposição do

**Secretaria Municipal da  
Mulher, Neurodiversidade  
e Inclusão Social**

fundo, poderá proporcionar acessibilidade a ela e aos outros também. Jaqueline lembrou que às vezes o MP encaminha processo para visita e não há tempo hábil e nem recurso para organizar a questão da acessibilidade e no seu caso por exemplo porque tem que fazer a visita, logo o relatório; então precisa ser rápido. Em outros momentos, em outras visitas de monitoramento, pode haver mais planejamento, tornando mais possível a participação da Camila, por exemplo. Paulo sugeriu relacionar as instituições e fazer uma agenda, para que cada membro possa se inscrever para aquela visita e fazer o relatório corretamente para entregar ao conselho. Assim cada um colabora com sua disponibilidade. Jaqueline falou que pode-se criar uma agenda, mas não um cronograma, porque as visitas de fiscalização não podem ser marcadas, por vezes tem que ser sem avisar. Luciana lembrou que caso, por exemplo, se visitar a ABRAHIPE, o Matheus não poderia ir, por trabalhar lá. Então podemos definir quem vai em cada instituição e depois as pessoas que vão visitar escolhem a data de comum acordo. Prosseguindo, foi passado sobre a reunião com a Secretária de Educação, o que foi muito produtivo. Estavam presentes: Jaqueline, Michele, Márcia e Magda. Michele explicou que foram levadas algumas demandas, a principal sendo a falta de professores, já que houve dispensa, mas que estava sendo feito processo seletivo, atribuição de cargos vindos do concurso. Os conselheiros tem recebido devolutivas positivas, e o mais importante é que tudo que tem levado, tanto da parte dos pais, quanto da demanda do conselho, tem recebido. Michele passou então a palavra a Magda para explicar melhor sobre a atribuição de professor. Quando um professor titular é convocado e tem um contratado ou um adjunto no lugar, o professor titular de cargo tem o direito de escolher qualquer sala, então o professor que é contratado ou um adjunto que está no lugar tem que sair, por isso há uma dificuldade de modo geral, dessa troca porque às vezes a criança, na sala passa quatro professores. Infelizmente a secretaria não tem controle disso, a educação não consegue realizar um grande sonho de efetivar professores e não faltar nunca, então quando tem um quadro completo, logo acontecem situações de doenças, afastamento, licença, aposentadoria, exoneração; então são fatos que podem acontecer, mas a secretária realmente está trabalhando muito para poder suprir essa necessidade; ela tem chamado professores titulares, adjuntos, contratados, também os professores de nível dois, como matemática, ciências, história; essas disciplinas faltam muito também. E o fato é que muitos que prestam o concurso não assumem o cargo. Sobre as salas abertas de AEE, foi encaminhada uma tabela, porém não chegou. Agora há mais salas, mais escolas polos de AEE e a ideia é ampliar ainda mais. Márcia falou que devemos ajudar a secretaria de educação a divulgar porque a criança com deficiência quando é matriculada, ela pode fazer a matrícula para uma sala de AEE. Se não tiver demanda, são salas que futuramente serão fechadas, então nós temos que divulgar, nas instituições perguntar aos responsáveis se a criança faz o AEE. Antigamente tinha o problema de transporte e isso a secretária está trabalhando, trazendo mais próximo da residência; se não há matrícula, não há demanda e se não há demanda fecha a sala. Jaqueline relatou que foi a primeira vez que participou da reunião e que gostou muito, pois ela se mostrou muito interessada em querer fazer um trabalho conjunto, em querer melhorar as condições da educação e que essa comissão tende a colher um fruto muito positivo dessa parceria e na defesa dos direitos da pessoa com deficiência. Paulo perguntou se os professores de AEE têm uma especialização para o cargo. Magda explicou que os professores geralmente apresentam uma pós-graduação



## **Secretaria Municipal da Mulher, Neurodiversidade e Inclusão Social**

em educação inclusiva e assume quem tem interesse nesta sala. Paulo então falou que a Apae ministra um curso com equipe multidisciplinar e fala inclusive a parte jurídica, e esse curso é voltado para o poder público; esse programa existe dentro das Apaes. O último curso foi para o Rio Branco antes da pandemia, depois não houve mais, pois não houve demanda e uma solicitação pública para que possa fazer e tem esse projeto, que tem que executar. Magda falou que levará essa ideia para a Secretária de Educação. Márcia falou que a secretária tem uma proposta de fazer um vídeo para o conselho ajudar, mas não pode colocar todas as crianças, pois precisa da autorização de imagem. Mariana deu uma sugestão também de uma reportagem para falar sobre o AEE, da diferença do atendimento e que não é um reforço escolar. Márcia falou que a secretária está muito aberta a discussão, para falar da acessibilidade e inclusão e que ela tem um estudo de política pública pra levar pra Câmara um projeto que o professor seja um atrativo para esse professor de criar novos cargos, porque a realidade que a gente enfrenta hoje na educação é única e bem objetiva: os professores não estão querendo trabalhar numa sala onde tenham muitas crianças com deficiência. Eles alegam que não estão preparados uma vez que eles recebem também uma evolução funcional; então nós estamos enfrentando uma crise na pedagogia muito grande e muitos professores com problema em continuar na sala não pela criança, mas pelos pais das crianças que chegam muito agressivos, eles têm sofrido violência física, eles têm sofrido violência verbal e isso é um tema para outra hora, mas essa é uma problemática que nós temos que começar a ajudar o município sempre divulgando, nas instituições direto com a família deixará algo mais humanizado. Fabiana falou sobre a divulgação do conselho, com a proposta de fazer a divulgação nos ônibus, com cartazes e fazer uma parceria com a educação para falar sobre o AEE. Márcia falou sobre levar a proposta para a secretária para ela avaliar. Jaqueline falou sobre o encontro que teve na câmara, o seminário de formação para conselheiros tutelares e foi aberto para todos os serviços. Foi um seminário sobre garantia e defesa do direito da criança adolescente e foram três dias de capacitação. Sem mais,

Luciana P. D. Raposo Faria  
Presidente do CMDDPCD

Jaqueline Eugênio  
Vice Presidente do CMDDPCD